

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.828 - MA (2019/0234030-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : HIGINO DIOMEDES GALVAO
ADVOGADO : EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO - MA008875
RECORRIDO : MARCIO ANTONIO CORTEZ BARROS DIAS
ADVOGADOS : DANIEL SILVA GALVÃO - MA007004
FRANCISCA LOPES DA SILVA - MA008596
MARCIO ANTONIO CORTEZ BARROS DIAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - MA008029

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Cuida-se, na origem, de ação de compensação por danos morais, ajuizada por juiz do trabalho em face de advogado, devido à imputação caluniosa do cometimento de crime na condução de processo trabalhista.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. Eventual alteração do decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao dolo na conduta do advogado, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por HIGINO DIOMEDES GALVAO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 23/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 23/08/2019.

Ação: de compensação por danos morais, ajuizada pelo recorrente, juiz do trabalho, em face de MARCIO ANTONIO CORTEZ BARROS DIAS, advogado, devido à imputação caluniosa, contra o autor, do cometimento de crime de corrupção, na sua atuação em reclamação trabalhista.

Superior Tribunal de Justiça

Citado, o réu, ora recorrido, contestou a ação e, ademais, apresentou reconvenção, alegando ter sofrido danos materiais e morais pelo julgamento de improcedência da reclamação trabalhista, o que fora reformado pela instância superior.

Sentença: julgou procedente o pedido inicial, para condenar o réu-recorrido ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 20.000,00. Ainda, julgou improcedente o pedido reconvenicional e condenou o réu-recorrido ao pagamento de multa por litigância de má-fé.

Acórdão: manteve a decisão unipessoal do Relator que deu provimento à apelação interposta pelo réu-recorrido para, em razão da ausência de dolo e da absolvição ocorrida na esfera criminal, julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 374/375):

"AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. NECESSIDADE DA PRESENÇA DO ELEMENTO VOLITIVO DOLO OU EQUIVALENTE COMO A CULPA GRAVE. AUSÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ E STF. REFORMA. APELAÇÃO PROVIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Hipótese em que se intenta a responsabilidade civil do advogado, no exercício regular do seu direito, incondicionada à demonstração do elemento volitivo dolo cujo o autor da ação se olvidou em demonstrar e, conseqüentemente, o juízo *a quo* não se atentou para justificar a sua decisão.

2. No julgamento do **MS n. 24.631/DF**, da relatoria do Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa, o **Plenário do Supremo Tribunal Federal** reconheceu a impossibilidade de responsabilização dos advogados pelo conteúdo de pareceres técnico-jurídicos, **salvo se evidenciada a presença de culpa ou erro grosseiro**.

3. Conforme o consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a imunidade do advogado não obsta a sua responsabilização por possíveis condutas criminosas praticadas no exercício de sua atividade profissional, **desde que demonstrado que agiu imbuído de dolo**. (STJ, RHC 82.377/MA, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 18/10/2017).

4. Outrossim, os autos ainda dão conta da existência de decisão egressa da justiça criminal **de absolvição do apelante** por esse mesmo fato com **fundamento na ausência da materialidade**, o que, a

Superior Tribunal de Justiça

todas as luzes, vincula, indiscutivelmente, essa instância de natureza cível. (STJ, REsp 1496867/RS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 07/05/2015, DJe 14/05/2015).

5. Agravo interno desprovido".

Embargos de declaração: opostos pelo ora recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 66, 67, III, e 386 do CPP e 935 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial, sustentando que: (i) o dolo na conduta do réu está evidenciado nos autos, sobretudo ante o fato de não ter indicado o suposto crime aos órgãos investigativos e correccionais, depositando suas acusações falaciosas em capítulo do recurso ordinário trabalhista; (ii) a imunidade do advogado é relativa, cabendo sua responsabilização pelos excessos praticados; (iii) a absolvição na esfera criminal por não constituir o fato infração penal não afasta eventual condenação do ofensor ao pagamento de indenização na esfera cível.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- **Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos dispositivos legais indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Ademais, eventual alteração do decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao dolo na conduta do advogado, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Superior Tribunal de Justiça

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (possibilidade de responsabilização do advogado por excessos cometidos na defesa da causa), impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 1.000,00 (e-STJ fl. 341) para R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora